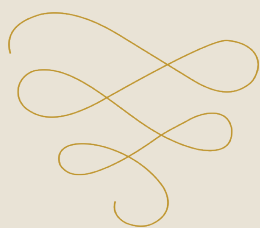


Comissão Portuguesa de História Militar

# Nos 600 Anos da Conquista de Ceuta

Portugal e a criação do primeiro sistema mundial



XXIV

COLÓQUIO DE HISTÓRIA MILITAR



## TÍTULO

Actas do XXIV Colóquio de História Militar  
“Nos 600 Anos da Conquista de Ceuta - Portugal e a Criação do Primeiro Sistema Mundial”

## COORDENAÇÃO CIENTÍFICA:

Prof. Doutor Francisco J. Rogado Contente Domingues

## ORGANIZAÇÃO:

Doutor Jorge Silva Rocha (CPHM)

## EDIÇÃO:

Comissão Portuguesa de História Militar

## CAPA:

Jorge Silva Rocha (CPHM)

## COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Rainho & Neves – Artes Gráficas

Novembro de 2016

TIRAGEM: 200 Exemplares

DEPÓSITO LEGAL: 416410/16

ISBN: 978-989-8593-10-8

Todos os direitos reservados

Nota: Todas as imagens impressas nestas Actas e suas autorizações de publicação são da exclusiva responsabilidade dos autores dos textos.

# LUZES E SOMBRAS NA OPERAÇÃO MILITAR DA TOMADA DE CEUTA, EM 1415

Prof. Doutor JOÃO GOUVEIA MONTEIRO<sup>1\*</sup>

## 1.

Em 31 de outubro de 1411, em Ayllón (Ayton-Segovia), embaixadores de ambos os lados da raia assinaram finalmente um acordo de paz entre Portugal e Castela que punha fim a cerca de quatro décadas de conflito entre os dois reinos.

A disputa iniciara-se ainda no reinado de D. Fernando, com a expectativa de alargamento do pequeno reino português para norte e para leste, à custa de Castela. O assassinato de D. Pedro I em Montiel pelo seu próprio meio-irmão, o conde Henrique de Trastâmara, em março de 1369, levava muitos partidários do monarca defunto a solicitar o auxílio de D. Fernando. Este, na sua qualidade de bisneto legítimo de D. Sancho IV de Castela, deixou-se seduzir pelos cantos de sereia que chegavam do outro lado da fronteira e, de imediato, promoveu uma aliança com Aragão e com Granada contra o colosso castelhano. No início do verão, “O Formoso” invadiu a Galiza, onde contava com fortes apoios, tendo alcançado a Corunha e obrigado à rendição de Monterrei (Orense). Pelo seu lado, a partir do final da primavera e até ao outono de 1370, a frota de guerra portuguesa bloqueou Sevilha, com o objetivo de pressionar o adversário e de devastar a costa meridional castelhana sem que a grande cidade andaluza, impedida de receber abastecimento por mar, pudesse reagir<sup>2</sup>.

Esta primeira “guerra fernandina” não correu bem para as cores lusitanas, pois Henrique II de Castela reagiu em força, atacou o Minho na companhia do lendário condestável francês Bertrand du Guesclin e forçou D. Fernando a recuar. A cidade de Braga foi tomada e incendiada pelas forças castelhanas e, entre finais de 1369 e inícios

1 Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura.

2 Sobre as guerras fernandinas, e para o que se segue, veja-se João Gouveia Monteiro, “As campanhas que fizeram a História”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 250-261.

de 1371, a guerra alastrou pelas zonas raianas, em especial no território castelhano (em Badajoz e em Ciudad Rodrigo, entre outros lugares). Graças à mediação assegurada pelos enviados do papa Gregório XI, acabaria por ser assinado em Alcoutim, em março de 1371, um tratado de paz luso-castelhano razoavelmente equitativo. Quem não gostou foi o monarca de Aragão, que esperava mais e melhor do seu aliado lusitano e que, em retaliação, considerando o convénio anti-castelhano anulado, confiscou o ouro português destinado à contratação de tropas, que já se encontrava depositado em Barcelona e que o erário português nunca mais recuperaria...

No ano seguinte, em maio, D. Fernando casou em Leça do Balio com Leonor Teles de Meneses, sobrinha do conde de Barcelos e de Ourém, o poderoso D. João Afonso Telo III<sup>3</sup>. Este enlace confirmou em toda a linha a progressiva afirmação das linhagens de origem galega e castelhana (Castros, Albuquerque, Teles de Meneses, Andeiros, entre outras) na corte de Portugal, circunstância que criaria um tremendo mal-estar no seio de muitas famílias da nobreza tradicional portuguesa. Influenciado por conselheiros adversos a Henrique II de Castela (os célebres “emperogilados”, isto, é, adeptos do falecido Pedro I de Castela, liderados pelo galego João Fernandes Andeiro), “O Formoso” alimentou então negociações com a Inglaterra (onde muitos desses exilados ibéricos se encontravam), vindo a assinar, em 10 de julho de 1372, o Tratado de Tagilde (Braga), ratificado em janeiro seguinte nos Paços de Sabóia (em Londres) pelo próprio rei Eduardo III. Data provavelmente desta altura o primeiro envolvimento sério do duque de Lencastre, João de Gande (pai da futura rainha D. Filipa de Lencastre), nos assuntos portugueses, tanto mais que este filho segundo do rei de Inglaterra era casado com uma filha do falecido Pedro I e nutria por isso, também ele, pretensões ao trono de Castela, a mais poderosa aliada (sobretudo em termos navais) da França na Guerra dos Cem Anos (1337-1453)<sup>4</sup>.

Tendo conhecimento das manobras do seu rival, Henrique II decidiu apostar na antecipação e, em dezembro de 1372, invadiu Portugal pela Beira, dando assim início à “segunda guerra fernandina”. A operação foi fulminante e, depois da tomada de uma série de praças beirãs e estremenhas, permitiu ao monarca de Castela avançar até Lisboa, que se viu cercada a partir do dia 23 de fevereiro de 1373. Sem esperanças de receber atempadamente socorro de Inglaterra, D. Fernando capitulou e, a 19 de março, assinou em Santarém um humilhante tratado que permitiu a retirada das forças invasoras<sup>5</sup>.

3 Sobre a família dos Teles/Meneses, o seu percurso e as suas principais figuras, veja-se, por todos, Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, pp. 68-70.

4 Cf. Peter E. Russell, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, trad. port., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, *passim*. Apesar de a edição original, em língua inglesa, ser de 1955, este trabalho de Sir Peter Russell continua a ser uma das melhores obras jamais escritas sobre história diplomática ibérica do século XIV, constituindo um instrumento de estudo essencial para a compreensão da(s) aliança(s) luso-inglesa(s) da segunda metade de Trezentos. Veja-se também, com grande proveito, Tiago Viúla de Faria, *The Politics of Anglo-Portuguese Relations and their Protagonists in the Later Middle Ages (c. 1369-c. 1449)*, dissertação de doutoramento, Universidade de Oxford, 2013.

5 Cf. P. E. Russell, “Fernão Lopes and the Text of the Treaty of Santarém”, in P. E. Russell (ed.), *Portugal, Spain and the African Atlantic: Chivalry and Crusade from John of Gaunt to Henry the Navigator*, Aldershot

O *Rei Formoso*, porém, não desarmou e, nos anos seguintes, tendo consumado diversas reformas militares importantes (ao nível, por exemplo, do armamento defensivo e do restauro de castelos e praças-fortes raianas), decidiu lançar uma nova ofensiva contra Castela. Em Estremoz, a 15 de julho de 1380, sempre por intermédio do dinâmico João Fernandes Andeiro, foram confirmados os tratados luso-britânicos de Tagilde e de Londres, ao mesmo tempo que se programou uma expedição militar inglesa na península ibérica, liderada pelo conde de Cambridge (Edmundo de Langley, também ele filho de Eduardo III), a quem foi solenemente prometida a mão da única filha de Fernando e Leonor – D. Beatriz<sup>6</sup>.

Em maio de 1381, teve início a “terceira guerra fernandina”, que implicou diversas operações militares no Alto Alentejo (em especial na região de Elvas-Badajoz, protagonizadas por indisciplinados mercenários ingleses com os soldos em atraso), em Trás-os-Montes e na Beira, além de uma batalha naval em Saltes (ao largo de Huelva), travada a 17 de junho de 1381 e que terminou com a quase total destruição da frota de guerra portuguesa, de que era então almirante o conde D. João Afonso Telo IV (irmão da rainha)<sup>7</sup>. Em finais de julho de 1382, D. Fernando e o conde de Cambridge avançaram para a fronteira do Caia (Elvas), dispostos a uma batalha decisiva contra o monarca de Castela (que era, desde 1379, D. João I, filho do conde de Trastâmara). Porém, por razões ainda hoje mal esclarecidas (mas provavelmente relacionados com a impossibilidade de o duque de Lencastre se deslocar a Portugal para apoiar a campanha do irmão), a grande batalha acabou por não se travar! Em vez disso, foi assinado mais um acordo luso-castelhano, ao que parece às escondidas dos Ingleses, que foram forçados a regressar sem glória nem proveito à sua ilha, em inícios de setembro de 1382<sup>8</sup>.

Terminavam assim, desta forma abrupta, as “guerras fernandinas” contra Castela. A partir daqui, os “emperogilados” ficaram na península e parecem ter percebido que o caminho para um futuro de sucesso teria de passar por uma outra solução. João Fernandes Andeiro ganhou cada vez mais protagonismo na corte portuguesa e ter-se-á tornado muito próximo de Fernando e de Leonor. Em 1383, quando teve conhecimento da morte da mulher de D. João I de Castela (D. Leonor), deslocou-se com uma pequena comitiva ao reino vizinho e propôs ao monarca viúvo o casamento deste com a inevitável D. Beatriz. O rei trastâmara aceitou a proposta e, logo em finais de março, foi assinado um célebre acordo, ratificado a 2 de abril de 1383, em Salvaterra de Magos. Aqui se estabeleceu que, à morte de D. Fernando (que estava já gravemente doente), o trono de Portugal caberia a um filho varão que viesse a resultar do matrimónio entre D. João I e D. Beatriz, devendo

---

(Ashgate), 1995, *passim*.

6 Peter E. Russell, *A intervenção inglesa na Península Ibérica...*, pp. 335-378.

7 Sobre a batalha naval de Saltes, veja-se Armando Saturnino Monteiro, *Batalhas e combates da marinha portuguesa, vol. I (1139-1521)*, Lisboa, Sá da Costa, 1989, pp. 33-36.

8 Cf. João Gouveia Monteiro, “Histórias da guerra no Alentejo dos finais da Idade Média”, in *Actas do IV Colóquio e Dia da História Militar «A história militar de Portugal no século XIX»*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1993, pp. 373-398.

a rainha Leonor Teles assegurar a regência até que essa criança atingisse a idade de 14 anos<sup>9</sup>.

Em 22 de outubro de 1383, D. Fernando, abandonado por muitos, deixou tristemente os prazeres desta vida e iniciou-se a disputa pela respetiva sucessão. Nem D. João I de Castela nem a nobreza portuguesa, prejudicada e ofendida pelo protagonismo crescente dos exilados castelhanos e galegos, respeitaram escrupulosamente o teor dos tratos assinados em Salvaterra de Magos. A 6 de dezembro, em Lisboa, onde hoje está o Palácio da Independência, deu-se o assassinato do conde João Andeiro (o arquiteto da inesperada aproximação luso-castelhana dos últimos meses), perpetrado por um grupo de conspiradores nobres liderados pelo Mestre de Avis (filho bastardo de D. Pedro I de Portugal e, por isso, meio-irmão de Fernando). O clima revolucionário alastrou a diversas cidades, tendo os partidários do Mestre ocupado os castelos de Lisboa, de Beja, de Portalegre, de Estremoz e de Évora. Em resposta, no final do ano, o rei de Castela entrou em Portugal pela Guarda e dirigiu-se a Santarém, onde forçou a sogra, Leonor Teles, a abdicar da regência a seu favor... Em maio, Lisboa foi cercada por terra e por mar, e a capital só não sucumbiu devido à defesa heroica liderada pelo Mestre de Avis e à eclosão de um surto de peste que fustigou de forma inclemente o arraial castelhano e que obrigou ao levantamento do assédio, no dia 3 de setembro de 1383<sup>10</sup>.

Animado por este sucesso, a que o jovem fronteiro de Entre-Tejo-e-Guadiana, Nuno Álvares Pereira (descendente de uma família fortemente ligada à Ordem do Hospital), deu ainda maior fulgor através de vitórias militares importantes sobre os Castelhanos (como a conseguida em Atoleiros, a 6 de abril), o Mestre avançou para a batalha política. Em março e abril de 1385, as cortes reunidas em Coimbra (de acordo com uma convocatória favorável aos interesses do partido do Mestre de Avis) elegeram o bastardo de D. Pedro I como o nono rei de Portugal. Restava confirmar a solução política no campo de batalha, objetivo que seria alcançado – graças a um forte auxílio militar inglês – no final da tarde do dia 14 de agosto de 1385, em Aljubarrota<sup>11</sup>.

A partir daqui, a geração que se unira em torno de D. João I de Portugal – composta sobretudo por filhos segundos e bastardos, muitos deles com carreiras feitas ou com ligações familiares claras com as Ordens Militares de Avis, de Cristo, de Santiago ou do Hospital – cerraram ainda mais as suas fileiras e passaram à ofensiva. Depois de subjugarem as bolsas de resistência que ainda subsistiam (por exemplo, em Trás-os-

9 Cf. João Gouveia Monteiro, *Aljubarrota, 1385. A Batalha Real*, Lisboa, Tribuna da História, 2003, pp. 21-22.

10 Sobre esta operação de assédio, veja-se, por todos, Miguel Gomes Martins, *A vitória do quarto cavaleiro. O cerco de Lisboa de 1384*, Lisboa, Prefácio, 2006, *passim*.

11 Para uma reconstituição moderna da batalha, incluindo o confronto das diversas fontes (portuguesas e estrangeiras) alusivas, veja-se João Gouveia Monteiro, *Aljubarrota, 1385. A Batalha Real*, Lisboa, Tribuna da História, 2003, pp. 80-118. Cf. também João Gouveia Monteiro *et alii*, *Aljubarrota Revisitada*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001; este estudo inclui os relatórios dos trabalhos até então realizados no campo de batalha de São Jorge-Aljubarrota por equipas especializadas da Universidade de Coimbra lideradas por Fernando Pedro Ortega Figueiredo e Lídia Catarino (prospecção geofísica), Helena Catarino (intervenção arqueológica) e Eugénia Cunha (estudo do espólio osteológico).

Montes), assinaram em Windsor um novo tratado de aliança luso-britânica (a 9 de maio de 1386)<sup>12</sup> e, depois, promoveram uma campanha militar conjunta em terras de Leão e Castela liderada por D. João I de Portugal e pelo próprio duque de Lencastre, seu sogro (João e Filipa casaram no Porto em fevereiro de 1387). Esta campanha conjunta, que teve lugar entre fins de março e inícios de junho de 1387, não correu bem, pois os Castelhanos recorreram à tática da “terra queimada” e furtaram-se a qualquer combate decisivo. No entanto, a operação teve o enorme mérito de manter D. João I de Castela sob pressão e de o impedir de esboçar qualquer novo plano de invasão de Portugal<sup>13</sup>. Aos poucos, a ideia de uma vingança de Aljubarrota (de resto fortemente desaconselhada pelos conselheiros do monarca castelhano) foi-se esfumando e, quando o monarca trastâmara faleceu (em 9 de outubro de 1390, em Alcalá de Henares, na sequência de uma queda de um cavalo), os Castelhanos não tinham conseguido virar a sorte da guerra a seu favor.

A luta haveria de prosseguir durante muitos anos mais, com operações de um e do outro lado da fronteira (por exemplo, em Tuy, em Salvatierra, em Sotomayor ou em Alcântara), entrecortadas por pequenas tréguas (como as assinadas em 1393 ou em 1402). Até que a morte do jovem e sempre enfermo rei castelhano, Henrique III, no dia de Natal de 1406, criou um novo quadro político: perante a menoridade do seu filho e sucessor, João II (n. 1405), constituiu-se em Castela um conselho de regência liderado por D. Catarina de Lencastre (a rainha viúva) e pelo infante Fernando (filho segundo de D. João I de Castela).

Ora, Catarina era irmã de Filipa de Lencastre, e isso deve ter facilitado a abertura de um clima diplomático favorável a uma negociação de paz mais ambiciosa e consistente entre Portugal e Castela. Foi assim que se chegou ao acordo assinado na região de Segovia, em 31 de outubro de 1411. É certo que ficou estabelecido que a paz teria de ser confirmada quando o pequeno D. João II atingisse a maioridade (e essa confirmação chegaria de facto, em 30 de abril de 1423), mas, de qualquer modo, a jovem dinastia portuguesa podia agora respirar fundo e dar a guerra por definitivamente ganha.

## 2.

Então, D. João I e os seus bravos, muitos dos quais (a começar por Nun'Álvares) o acompanhavam desde a morte de D. Fernando (se não mesmo desde a terceira guerra fernandina), trataram de arrumar a casa e puderam, enfim, pensar em novas aventuras. Por essa altura, Portugal vivia naquilo a que Bernardo Vasconcelos e Sousa chamou

---

12 Sobre a assinatura deste tratado e o seu significado, veja-se Luís Adão da Fonseca, *O essencial sobre o Tratado de Windsor*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996. Cf. também Jorge Borges de Macedo, “Em Revisita a uma Aliança”, in A. Delaforce, and J.S. Ribeiro (eds), *Portugal e o Reino Unido: A Aliança Revisitada*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

13 Cf. João Gouveia Monteiro, “A campanha anglo-portuguesa em Castela em 1387. Técnicas e táticas da guerra peninsular nos finais da Idade Média”, in *Actas do VI Colóquio «Portugal na História Militar»*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1995, pp. 73-96.

o seu “impasse ibérico”<sup>14</sup>. Ou seja, liquidadas (desde D. Fernando) as esperanças de crescer para norte e para leste, à custa de Castela, as expectativas de alargamento do território português achavam-se resumidas da forma que o cronista Gomes Eanes de Zurara lapidarmente descreveu: “ca nos da hua parte nos çerca o maar e da outra temos muro no rreino de Castella”<sup>15</sup>. ...O mar era, claro está, um elemento familiar da vivência portuguesa, sobretudo para as populações do litoral, que dele extraíam a sua principal fonte de rendimento (pesca, sal, comércio). Contudo, é pouco provável que D. João I, recém-saído de uma guerra dura e prolongada, se tivesse decidido por uma nova campanha militar, desta feita ultramarina, se não tivesse tido razões muito ponderosas para o fazer.

Em primeiro lugar, razões de ordem social, já que parece que a jovem nobreza lusitana, ávida de glória em aventuras marciais semelhantes àquelas que tinham celebrizado os seus progenitores, não só não celebrou a assinatura da paz de 1411 como terá ameaçado abandonar o reino e colocar-se ao serviço da coroa de Castela, que tinha ainda o abcesso de Granada por resolver<sup>16</sup>. Por outro lado, são conhecidas as dificuldades financeiras que Portugal então atravessava, com o tesouro exangue devido à guerra, com uma inflação elevadíssima e com um enquadramento internacional desfavorável (crise económica, Guerra dos Cem Anos, recidivas da Peste Negra, Cisma da Igreja Católica Romana, etc.). Talvez por isso, Zurara atribui ao vedor da Fazenda, João Afonso de Alenquer (uma espécie de “Ministro das Finanças”) a autoria da ideia de atacar a rica praça norte-africana de Ceuta<sup>17</sup>. Além disso, a dinastia avisina tinha-se consolidado internamente, sem dúvida, mas carecia ainda de alguma caução internacional, e a concretização de um notável feito de armas contribuiria certamente para esse reconhecimento; em especial se se tratasse de uma conquista em território muçulmano, o que desde logo atrairia as boas graças do papado. Não devemos esquecer que estamos nos inícios do século XV, em tempo que é ainda de grande devoção religiosa, de espírito cruzadístico bem vivo (a expedição a Ceuta beneficiou, aliás, de uma bula de Cruzada, datada de 1411 mas entretanto perdida), e isso também terá pesado na hora de tomar uma decisão.

Claro que, na África magrebina, dominada por uma dinastia merínida sedeadada em Fez e que já conhecera melhores dias, havia diversos objetivos possíveis. Mas basta olhar para um mapa da região para percebermos como Ceuta se impunha naturalmente, pela sua extraordinária localização estratégica na boca do importante estreito de Gibraltar, por onde se uniam as rotas da navegação atlântica e mediterrânica. Nesse ponto do globo, cuja passagem Hércules um dia forçara com os seus ombros (daí a expressão “colunas de Hércules”), havia diversas praças preciosas: Tarifa e Algeciras (que se encontravam

14 Bernardo Vasconcelos e Sousa, in Rui Ramos (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p. 172.

15 Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*, ed. de Francisco Maria Esteves Pereira, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, cap. VI, p. 20.

16 *Idem, ibidem*, caps. V e VI, pp. 16-22.

17 *Idem, ibidem*, caps. VII e IX, pp. 26-27. Sobre o nível de inflação em Portugal no período em apreço, veja-se Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 143.



sob o domínio de Castela), o rochedo de Gibraltar (fiel ao reino nasrida de Granada) e... Ceuta (então sob a tutela dos Benimerines de Fez). Se Portugal conquistasse Ceuta, então isso seria, do ponto de vista geoestratégico, muito interessante e contribuiria para a afirmação do pequeno e improvável reino lusitano no cenário político ibérico, para além do benefício que daí resultaria para a costa algarvia, ciclicamente fustigada por piratas muçulmanos que tinham em Ceuta um dos seus coitos favoritos.

É difícil dizer quais destes motivos (sociais, financeiros, políticos, religiosos ou geoestratégicos) terá pesado mais, porém, o certo é que a decisão foi maduramente pensada e a fama da riqueza de Ceuta – cidade com uns 20 000 a 30 000 habitantes e que dispunha de metais preciosos, de armas, de madeira, de peixe, de corais, de lã, de seda, de fruta, de açúcar e de papel, entre outros recursos apetecíveis – terá certamente contribuído para a escolha final<sup>18</sup>.

Em meu entender, e apesar de a leitura da crónica de Zurara autorizar outras interpretações, acho muito improvável que a campanha tenha sido decidida e efetivamente lançada antes de 1411, ou seja, antes da assinatura de uma paz prolongada com Castela. A partir desta data sim, todas as condições estavam reunidas para se pensar seriamente numa tal empresa. E que empresa! Na verdade, Ceuta foi a campanha mais longamente preparada, mais exigente (em termos humanos, financeiros e logísticos) e mais participada de todas as que Portugal empreendeu entre os meados do século XII e os inícios do século XV. Chega a ser espantoso como foi possível um reino com uma escala demográfica e uma conjuntura económico-financeira tão desfavoráveis ter conseguido organizar uma campanha desta envergadura. Mas ainda bem que assim foi, porque ela projeta muita luz – e também algumas sombras, é certo – sobre a história militar medieval portuguesa.

Os historiadores que tentam reconstituir a operação militar de 1415 dispõem de um trunfo excecional, que é poderem contar com um relato detalhadíssimo da campanha, obra do cronista e guarda-mor dos arquivos da Torre do Tombo, Gomes Eanes de Zurara. Na nossa modesta opinião, não devemos diminuir os méritos de Zurara como cronista: é certo que ele escreve a sua crónica num momento particularmente sensível da história portuguesa (em 1449-1450, pouco depois do termo da guerra civil que desaguou na trágica batalha de Alfarrobeira, onde pereceu o ex-Regente D. Pedro, tio de D. Afonso V e uma das figuras mais notáveis da *Ínclita Geração*); também é verdade que Zurara (homem muito ligado à Ordem de Cristo, tendo sido comendador de Alcains, Granja do Ulmeiro e Pinheiro Grande) trabalhou no âmbito da Casa do Infante D. Henrique e criou com este uma relação pessoal de forte empatia e admiração, que transparece claramente na sua narrativa; é, do mesmo modo, bem conhecido o elevado grau de dependência que os cronistas medievais tinham relativamente aos mandantes das obras que compunham (os reis e/ou os infantes); conhecemos ainda a simpatia de Zurara (e de muitas outras figuras do seu tempo, a começar por D. Duarte) pelos segredos da astrologia e pela

---

18 Sobre a Ceuta merínida em 1415, veja-se, por todos, Luís Miguel Duarte, *Ceuta 1415. Seiscentos anos depois*, Lisboa, Livros Horizonte, 2015, pp. 114-148.

consequente interpretação dos acontecimentos mundanos a partir da análise da posição e dos movimentos dos astros<sup>19</sup>.

Tudo isto deve ser recordado, tudo isto nos deve obrigar a ler com atenção e cuidado hermenêutico redobrados a *Crónica da Tomada de Ceuta*. Todavia, convém também lembrar que a qualidade-padrão da cronística medieval portuguesa de Quatrocentos é altíssima (e isso é reconhecido hoje a nível internacional), e que os seus intérpretes eram simultaneamente responsáveis pelo arquivo central do reino, ou seja, viviam entre os documentos, o que era raro na época (sobretudo fora da península ibérica), circunstância que calibrou significativamente os seus relatos, tradicionalmente muito apoiados em fontes orais. Custa até imaginar quão mais pobre seria o nosso conhecimento dos séculos XIV e XV portugueses se não fossem as narrativas de Fernão Lopes, de Gomes Eanes de Zurara e de Rui de Pina! Não há dúvida de que, na *Crónica da Tomada de Ceuta*, Zurara engrandece exponencialmente a figura do seu amigo e provável protetor, D. Henrique, e subalterniza sem reboço as figuras dos outros infantes (sobretudo, D. Pedro). Isso, porém, não nos pode fazer esquecer o quão precioso é este relato, um caso singular na história portuguesa, em que é dedicada toda uma crónica (com os seus 105 capítulos) a um único acontecimento: a primeira conquista norte-africana portuguesa! A maioria das afirmações de Zurara, em matéria de facto, parece ser verosímil, o pormenor de muitas das suas descrições é invulgar, a abrangência da sua crónica é surpreendente e, por tudo isso, ninguém poderá jamais ousar reconstituir a operação da tomada de Ceuta sem se apoiar fortemente nesta narrativa, que além do mais pode ter beneficiado de materiais preparatórios já reunidos por Fernão Lopes e que dispõe, igualmente, de uma qualidade literária que tem sido injustamente subestimada.

### 3.

Dito isto, vamos aos factos. Desde logo, queremos realçar o extremo cuidado posto na preparação da campanha, que foi imediatamente envolta num manto de sigilo: o segredo parece ter sido partilhado apenas pelo rei, pela rainha, pelos três infantes mais velhos, pelo condestável, pelo vedor da Fazenda, pelo capitão-mor da frota, pelo Prior do Hospital e por alguns altos funcionários régios, como por exemplo o escrivão da puridade; isto tinha certamente como objetivo garantir um efeito de surpresa na hora do ataque à abastada praça merínida. Não foram convocadas cortes para legitimar a cobrança de um imposto extraordinário (o que obrigaria a desfazer o segredo) e encontraram-se meios de financiamento alternativos, como a cunhagem de moeda nova (e consequente desvalorização monetária), a requisição compulsiva de armas e de mantimentos, a imposição de pagamentos às gentes abastadas que não integrassem a armada, a afetação das (valiosas) rendas de Lisboa ou as exações lançadas sobre as comunas de muçulmanos

19 Sobre a figura e a obra de Gomes Eanes de Zurara, veja-se a síntese de Rita Costa Gomes, “Zurara. Gomes Eanes de”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 687-690. Veja-se também João Gouveia Monteiro e António Martins Costa, *1415. A conquista de Ceuta*, Lisboa, Manuscrito, 2015, pp. 189-190 (nota 3); e ainda as importantes advertências epistemológicas de Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, pp. 33-44.

e de judeus. Para garantir a eficácia da operação, foi organizada uma rocambolesca operação de espionagem à Sicília, provavelmente em 1412, interpretada pelo capitão-mor Afonso Furtado e pelo Prior do Crato, Álvaro Gonçalves Camelo. O objetivo desta missão consistiu em reconhecer as defesas da praça, o estado de conservação dos muros e os ancoradouros mais favoráveis; a observação de tudo isto – à ida e à vinda da Sicília – permitiu aos dois espiões, à chegada a Lisboa, fecharam-se com o monarca e com os infantes nos aposentos reais e improvisar uma maquete da cidade a conquistar, sobre a qual terá sido depois gizado o plano de ataque mais conveniente<sup>20</sup>!

Do ponto de vista diplomático, e perante algum alarme público suscitado pela dimensão da frota que estava a ser preparada simultaneamente no Porto (por D. Henrique) e em Lisboa (por D. Pedro), os governantes portugueses deram sempre respostas tranquilizadoras mas, ao mesmo tempo, algo evasivas aos embaixadores que visitavam a corte de Lisboa, ansiosos por conhecer o destino real da expedição. É neste contexto que devemos lembrar a presença na capital lusitana, desde pelo menos abril de 1415, de um castelhano, chamado Rui Díaz de Vega, que se encontrava ao serviço do rei de Aragão, D. Fernando (o que fora regente de Castela) e que trazia como missão averiguar com todo o detalhe e propriedade a composição, a logística e, se possível, o verdadeiro objetivo da expedição que estava a ser preparada pela Casa Real portuguesa<sup>21</sup>. A Rui Díaz devemos algumas cartas preciosas sobre a dimensão da campanha, que ajudam a completar – sem o contradizer no essencial – o relato de Gomes Eanes de Zurara. Graças a isso, julgamos ser legítimo estimar que a frota que se concentrou no Restelo no dia 24 de julho de 1415 (cerca de uma semana depois da morte da rainha D. Filipa de Lencastre), teria cerca de 200 barcos (muitos deles fretados no estrangeiro: na Biscaia, na Galiza, na Alemanha, em Inglaterra) e perto de 18 000 homens (dos quais uma parte muito difícil de quantificar seria formada por não combatentes: tripulação, pessoal de apoio, mesteiros, pagens, etc.)<sup>22</sup>. Nunca se vira nada assim em Portugal, mesmo nos momentos mais difíceis e exigentes, como em Aljubarrota.

No verão de 1415, a estabilização política proporcionada pelo triunfo inequívoco da causa do Mestre de Avis, a paz com Castela, o entusiasmo gerado (sobretudo entre os mais jovens) pela perspectiva de uma nova campanha, assim como o grau de maturidade e eficiência entretanto adquiridos pelo sistema militar português (veja-se o caso dos besteiros do conto, que pouco depois seria arrolados num levantamento que incluía 300 anadelarias e perto de 5 000 atiradores, distribuídos por todo o reino!)<sup>23</sup> permitiram uma

20 Cf. Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, caps. XV-XVIII, pp. 48-59.

21 Cf. *Monumenta Henricina*, dir. e org. de A. J. Dias Dinis, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974 (16 vols.), vol. II, doc. n.º 57, pp. 135-136. Sobre a missão de Rui Díaz de Vega em Portugal e sobre os problemas de interpretação que os seus relatórios suscitam, veja-se Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, pp. 80-87.

22 Cf. João Gouveia Monteiro e António Martins Costa, *op. cit.*, p. 40. Para uma estimativa mais modesta do número de efetivos envolvidos (“entre 12 000 e 15 000 expedicionários, mas admito que tivessem ido mais”), veja-se Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, p. 168.

23 Sobre o recrutamento militar em Portugal à data da conquista de Ceuta, veja-se João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, pp. 27-134.

mobilização sem precedentes de recursos humanos e logísticos, pacientemente reunidos entre 1411 e 1415, em boa parte graças aos esforços dos infantes D. Afonso, D. Pedro e D. Henrique (já que D. Duarte, na sua qualidade de herdeiro da Coroa, parece ter-se dedicado mais a auxiliar o pai nas tarefas da governação e, nas semanas que precederam a largada da frota, a acompanhar a mãe no seu transe final).

Quem ia na frota que se juntou no Restelo e que, no dia seguinte (25 de julho, dia de São Tiago) haveria de deixar Santa Catarina (para além do promontório de Sesimbra) em direção ao Algarve? Praticamente a corte toda: o rei, os três infantes mais velhos (com os principais fidalgos das suas Casas), o condestável, os mestres das ordens militares (com exceção de Fernão Rodrigues Sequeira, mestre de Avis e homem da confiança pessoal do monarca, que ficou em terra para assegurar a defesa e governança do reino), o almirante, o marechal, o capitão-mor, o alferes-mor, em síntese, todo o estado-maior joanino... Esta opção, tal como foi assinalado há muito por António José Saraiva e recentemente recordado por Luís Miguel Duarte, se por um lado revela grande confiança nas possibilidades de sucesso da campanha, por outro não deixa de ser temerária e de lançar alguma sombra sobre o acerto da decisão: e se as coisas não corressem bem, em terra ou no mar, como seria?... Toda uma geração que conquistara o poder pela força em 1385 e que o defendera com unhas e dentes durante as décadas seguintes expunha-se agora à aventura, mar adentro, até terras de África<sup>24</sup>.

Neste ponto, devemos confessar a nossa admiração por estes homens, sobretudo pelos da geração do monarca. Muitos deles tinham estado, trinta (!) anos antes no campo de batalha de São Jorge – Aljubarrota. Nessa altura, a parada era altíssima e o desafio fora tremendo. Triunfaram, mas tinham então 20 ou 25 anos de idade. Agora, em 1415, já estavam entre os 50 e os 60 anos, num tempo em que a esperança média de vida (para aqueles que sobreviviam à infância) não ia além dos quarenta... Grandes homens estes, que Zurara evoca de forma comovente quando relata o conselho régio que, cremos que no verão de 1414, em Torres Vedras, juntou o núcleo inicial dos conspiradores com um grupo mais alargado de fiéis de D. João I: diz o cronista que, depois de o rei revelar àqueles que o acompanhavam desde os seus “primeiros trabalhos” o plano de atacar Ceuta e de o condestável o secundar, com a autoridade que lhe era por todos reconhecida, se levantou na sala o alferes-mor do rei, João Gomes da Silva, e exclamou, como que em nome de todos: “Senhor, (...) nom ssei all que diga ssenom rruços aalem!”. E isto dizia ele – explica o cronista – porque a maioria dos que ali estavam tinham já “as cabeças cheas de caãs” (ou seja, estavam “ruços”) e, acrescentamos nós, apresentavam os corpos repletos de cicatrizes de décadas de guerra contra Castela<sup>25</sup>.

É extraordinário como estes homens, trinta anos depois de Aljubarrota, se dispõem a juntar outra vez os seus haveres e equipamentos e partem numa aventura daquela dimensão, com entusiasmo juvenil e quase como se fosse a primeira vez que iam

24 Cf. António José Saraiva, *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa, Lisboa, Gradiva, 1988, p. 242; e Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, pp. 98 e 208.

25 Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, caps. XXIV-XXVI, pp. 82-83.

experimentar o sabor das armas. Zurara dá mesmo conta de que, no Porto, quando se preparava a frota, apareceu ao infante D. Henrique um fidalgo chamado Aires Gonçalves de Figueiredo, que contava já com cerca de 90 anos de idade e que forçou a entrada no barco, alegando que nunca havia perdido o bom hábito de usar as suas armas e que estava pronto para o que desse e viesse<sup>26</sup>. O infante acabou por se resignar e por consentir na participação deste homem na campanha (tal como faria com três escudeiros de Baiona, igualmente muito idosos), e o cronista até nomeia, mais adiante, Aires Gonçalves em plena ação de combate nas ruas de Ceuta... Esta pequena história pode, obviamente, configurar um símbolo, uma parábola, mas a mensagem é clara e muito forte. Este entusiasmo, esta galvanização, esta unidade em torno do projeto do monarca, coisas que só a guerra podia proporcionar, é para nós a grande marca da jornada de 1415 e a nota que ilumina de forma mais espetacular toda a campanha.

#### 4.

Sabemos que a frota ancorou em Lagos a 26 ou 27 de julho, sendo depois obrigada a esperar vários dias por um vento favorável, de modo a poder fazer-se ao estreito. Foi durante esta espera que o monarca ordenou a um dos vários clérigos que integrava a armada, Frei João Xira (um franciscano que era confessor e conselheiro de D. João I) que discursasse aos homens e que lhes revelasse, finalmente, o objetivo da expedição. Nem todos acreditaram, tantas tinham sido as versões que haviam escutado nas semanas anteriores (algumas delas alimentadas pela própria corte, como a de uma pretensa campanha contra o duque da Zelândia, que consentiu nessa rábula), mas isto, pelo menos, denuncia como o segredo foi mantido em privado até muito tarde.

A 7 de agosto, finalmente com vento de feição, a armada zarpou de Faro e atravessou o estreito de Gibraltar, ao que parece durante a noite, para evitar encontros indesejáveis. Em Tarifa, recolheu o apoio do alcaide Martim Fernandes de Portocarreiro, curiosamente um português que ali servia o rei de Castela, como membro que era de uma família que tinha estado do lado errado da barricada durante a crise sucessória de 1383-1385.

No dia 10 de agosto, já a frota ancorava na aprazível baía de Algeciras, pronta para ultimar o plano de ataque a Ceuta. Este concretizou-se logo no dia 12, mas a operação não correu nada bem: durante a breve travessia (o estreito, no seu ponto mais curto, tem um comprimento inferior ao da ponte Vasco da Gama, em Lisboa), uma boa parte das naus foram arrastadas para nascente, na direção de Málaga, por causa das neblinas e das correntes. A mistura das águas frias e pouco salinas do Atlântico com as águas quentes e salgadas do Mediterrâneo fazia as suas mossas na navegação portuguesa... D. João I e uma boa parte da armada, composta essencialmente pelas galés (mais manobráveis) fundeou a norte de Ceuta, mas as condições climatéricas desfavoráveis e a reação dos Mouros (que instalaram bestas e trons nos muros da cidade, pondo mesmo em perigo a galé do almirante português) levaram o monarca a ordenar, no dia 14 de agosto (véspera

<sup>26</sup> *Idem, ibidem*, cap. XXXV, p. 111.

de Santa Maria e dia de aniversário da “batalha real”), que se desse a volta à península e que se estacionasse a frota mais a sul, junto à pequenina e pedregosa baía do “Barbaçote”. A partir dali, D. João I tratou de mandar buscar as naus transviadas, mas enquanto isso se fazia o monarca verificou que a tormenta marítima não garantia condições mínimas para um ataque em força à cidade a partir do Barbaçote e mudou de planos: no dia 15 ou 16, na sequência de alguns recontros e escaramuças infrutíferos, a armada regressou ao sossego da baía de Algeciras. A manobra, que implicava nova passagem pela ponta da Almina, provocou de novo grandes estragos, forçando as naus que tinham já conseguido juntar-se ao rei a rumar outra vez na direção de Málaga! Segundo o cronista, apenas as galés, munidas de velas e de remos, conseguiram alcançar sem sobressalto de maior a zona de Algeciras, por volta do dia 18 de agosto (domingo)<sup>27</sup>.

Tudo isto enfatiza a chamada de atenção que fizemos, na linha de António José Saraiva e Luís Miguel Duarte, acerca dos perigos desta campanha com praticamente toda a corte a bordo. Aliás, tal como lembrou recentemente aquele último autor, a *Crónica do Condestabre*, escrita por mão anónima pouco depois da morte de Nuno Álvares Pereira (em 1431), acentua a ideia, ao referir que a borrasca marítima foi violenta e que o condestável e os que com ele iam embarcados correram risco de vida<sup>28</sup>. Mas, além disso, o relato de Zurara lança uma outra sombra sobre a operação: se durante pelo menos quatro anos se mantivera o destino da expedição em segredo, agora que a frota portuguesa se expusera, desde o dia 10 de agosto, aos Mouros de Ceuta, tornando evidente que seria esta cidade o alvo da campanha, o que é que restava do fator surpresa em que D. João I e os infantes parecem ter apostado tanto desde a primeira hora?...

Esta pergunta faz tanto mais sentido quanto sabemos – a acreditar em Zurara – que, no conselho promovido pelo rei na Ponta do Carneiro a 19 ou 20 de agosto, já com toda a armada de novo reunida, vozes houve que puseram em causa a continuação da campanha: umas alegaram que seria melhor regressarem a Portugal, enquanto outras defenderam que se atacasse um outro alvo – por exemplo, Gibraltar. O monarca, porém, fiel a si mesmo, recusou as alternativas, que lhe pareciam ser indignas de um rei e até (no caso de Gibraltar) politicamente arriscadas, uma vez que poriam em causa a recém-estabilizada relação luso-castelhana. Pelo contrário, o monarca agendou um ataque em força a Ceuta logo para o dia seguinte<sup>29</sup>. Não deixa de ser um ironia uma campanha programada com tanta antecedência e com tanto pormenor, ter conhecido aqui um revés deste jaez: efeito surpresa desfeito, comando dividido quanto ao rumo a dar à expedição.

A noite de 20 para 21 de agosto foi vivida com alguma angústia pelos combatentes portugueses. Sobretudo pelos homens do infante D. Henrique, pois o monarca tinha imposto um plano de ataque à cidade que previa a instalação do arraial português na

27 *Idem, ibidem*, caps. LVI-LVIII, pp. 168-171.

28 *Crónica do Condestabre de Portugal*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1969, cap. LXXVIII, fls. LXIII-LXIV; e Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, pp. 206-211.

29 Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, caps. LXII-LXIV, pp. 181-187.

parte leste, na chamada zona da Almina. Isso contrariava a vontade de alguns dos seus conselheiros, que preferiam uma ofensiva sobre a outra banda, onde se poderiam organizar e defender melhor, graças à abertura de cavas e à instalação de artifícios de madeira. Mas o rei não queria dividir forças, nem ser obrigado a enfrentar simultaneamente os Mouros que residiam em Ceuta e aqueles que supostamente acorreriam do exterior, pelo lado do continente, para defender a cidade<sup>30</sup>. Assim, o infante D. Henrique, à frente da frota que organizara no Porto, haveria de aproximar-se da Almina, ancorando na praia de Santo Amaro; enquanto isso, o monarca, com o resto da frota, tomaria o rumo da baía sul com o fito de dividir as forças muçulmanas e de as levar a acreditar que o grosso da armada portuguesa desembarcaria por esse lado. Quando tal sucedesse, o rei daria um sinal e D. Henrique e os seus “bravos” lançariam as pranchas em terra e ocupariam a praia de Santo Amaro, a eles se juntando depois, tão depressa quanto o possível, o resto da armada. Deste modo, o ataque português concentrar-se-ia todo sobre a porta da Almina, na parte nordeste da cidade, esperando-se que fosse depois possível avançar para poente, através das ruas interiores da cidade.

Zurara não é muito claro na descrição da estratégia defensiva dos Mouros, mas percebe-se que a ideia seria travar os Portugueses logo que estes desembarcassem na praia, apostando no peso das armaduras deles e na maior mobilidade dos defensores de Ceuta<sup>31</sup>. Não sabemos bem quantos habitantes teria então a cidade, mas é provável que muitos muçulmanos tivessem abandonado a praça antes de o ataque português se consumir. A um desses antigos habitantes, chamado Muhammad ibn al-Qasim, devemos uma magnífica descrição de Ceuta em 1415, redigida sete anos após a conquista; aqui se mostra uma cidade plena de vida, com 250 ruas, 13 cemitérios, 142 mercados, 24000 postos de venda, 103 moinhos, 360 fornos, 360 estalagens, 40 000 silos para armazenamento de cereal, 17 bibliotecas públicas e privadas (parece que tinham chegado a ser 62), muitas mesquitas (o autor fala, com evidente exagero, em cerca de 1000), entre diversos outros pontos de interesse<sup>32</sup>.

## 5.

A 21 de Agosto de 1415, a frota portuguesa avançou da Ponta do Carneiro em direção a Ceuta. Logo ao início da manhã, consumou-se a divisão do grosso da frota, e as galés, sob o comando de D. Henrique, avançaram rumo à Almina. No entanto, a fazer fé no relato de Zurara, os homens não suportaram a espera pelo sinal do rei: a certa altura, João Fogaça, vedor do conde de Barcelos (D. Afonso, filho bastardo de D. João I) mandou o seu batel avançar para a praia de Santo Amaro. Num ápice, os

30 Sobre o “conceito de operação do rei”, veja-se José Loureiro dos Santos, *Ceuta, 1415. A conquista*, Lisboa, Tribuna, 2004, pp. 80-81.

31 Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, cap. LXX, pp. 197-198.

32 Cf. Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, pp. 120 e ss.; Isabel D. Braga e Paulo D. Braga, “A vida quotidiana em Ceuta (1415-1656)”, in *La vida cotidiana en Ceuta a través de los tiempos*, VII Jornadas de História de Ceuta, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 2007, pp. 283-297; e João Gouveia Monteiro e António Martins Costa, *op. cit.*, pp. 117-124.

homens que seguiam a bordo começaram a desembarcar, seguindo o exemplo de Rui Gonçalves (futuro comendador de Santiago). Ao ver isto, o infante D. Henrique – que por nada deste mundo queria ficar para trás – meteu-se também ele num batel que ia a passar por perto e avançou com o seu alferes (Mem Rodrigues de Refoios) e com outros dos seus homens para a praia. Ao aperceber-se, ao longe, do que se estava a passar, o infante D. Duarte optou por abandonar o grosso da frota, que seguia com o rei, para se juntar ao irmão. De repente, na praia de Santo Amaro, já havia uma centena e meia de cristãos a travarem as primeiras escaramuças com os Mouros. Estes, sem os conseguirem conter (afinal não se mexiam tão mal quanto eles tinham imaginado!), recuaram na direção da Porta da Almina. No entanto, era já tarde de mais, pois muitos outros cristãos tinham entretanto chegado à praia; por isso, os infantes, em lugar de esperarem pelo pai, acharam que o melhor seria correrem atrás dos muçulmanos e impedi-los de cerrarem a Porta da Almina. Se bem o pensaram, melhor o fizeram: ao final da manhã, três centenas de cristãos entraram de roldão pela dita passagem e penetraram no arrabalde, frisando Zurara que o primeiro que assim o fez terá sido Vasco Martins de Albergaria. Com os infantes, entraram no arrabalde da Almina perto de 500 combatentes, frustrando dessa maneira o plano de defesa da cidade. Explica o cronista que os Mouros deram conta disto ao alcaide Salah bem Salah, que, vertendo sentidas lágrimas, logo deu a cidade por perdida e depressa tratou de abandonar o castelo (situado na outra ponta do istmo) e de se pôr em fuga, montado num ginete<sup>33</sup>.

A partir daqui, o movimento ofensivo português desenvolveu-se de nascente para poente, visando alcançar a zona mais fortificada da praça, onde estavam localizados o castelo e a poderosa torre de Fez. Os infantes D. Duarte e D. Henrique terão invadido o arrabalde de baixo, enquanto o fidalgo Vasco Fernandes de Ataíde (um estimado homem da Casa de D. Henrique) penetrava pelo arrabalde de cima. Aos poucos, a frota do rei alcançava toda ela a praia de Santo Amaro e os homens iam desembarcando e iam-se juntando-se, cada qual no seu ritmo, aos demais companheiros no ataque à cidade.

Ao início da tarde, as forças cristãs avançariam já pelo arrabalde do meio e estariam divididas em três colunas, que tentavam ocupar os pontos altos da praça: uma sob o comando de D. Henrique, outra liderada pelo conde D. Afonso e a terceira por Martim Afonso de Melo. É, todavia, muito provável que os infantes D. Duarte e D. Pedro tenham tido igualmente algum protagonismo nesta fase da operação (uma fonte de origem francesa, da autoria de um participante na expedição – Antoine de La Salle – nomeia mesmo D. Pedro como um dos comandantes da “vanguarda” portuguesa), mau grado o cronista não o salientar, pelas razões que atrás aduzimos<sup>34</sup>. Em resposta, os Mouros reagiam como podiam, arremessando do alto das muralhas e das casas os pedregulhos, as setas, as lanças e todo o tipo de projéteis que tinham à mão, numa resistência desesperada. Segundo parece, pelo menos uma parte das ruas de Ceuta seria dotada de portadas de madeira nos extremos e de adarves ao nível dos telhados, o que

33 Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, caps. LXXII-LXXIII, pp. 202-206; e cap. LXXXIII, p. 226.

34 Sobre o relato de Antoine de La Salle, veja-se Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, pp. 197-206.



terá dificultado a progressão da hoste lusitana<sup>35</sup>.

A meio da tarde, já D. Henrique – o herói da narrativa de Zurara – estaria nas proximidades da medina – ou seja, na zona vestibular do castelo – travando rijos combates com os Mouros na rua Direita. Terá aqui cometido algumas imprudências e bravatas temerárias (chegou mesmo a ser dado como morto e até deram notícia disso ao rei!), que provocaram algumas baixas entre os Portugueses que o quiseram socorrer, entre elas a (muito chorada) de Vasco Fernandes de Ataíde. Ao final da tarde, porém, a vitória cristã estava garantida e o rei mandou que se juntassem numa mesquita, onde depois se viria a instalar o mosteiro de São Jorge. Foi aqui que tiveram notícia de uma suspeita desconcertante: contrariamente ao esperado, o castelo parecia estar abandonado! O monarca enviou logo João Vaz de Almada para verificar a ocorrência e, tendo-se provado que assim era (restavam um biscainho e um genovês dentro da fortaleza), foi arvorada a bandeira de São Vicente (padroeiro de Lisboa) na torre mais alta do castelo, que logo depois foi ocupado pelos infantes D. Duarte, D. Afonso e D. Pedro. Restava, assim, atacar a torre de Fez, operação que ficou a cargo do alferes de D. Duarte, que era então o conde D. Pedro de Meneses; isto deu origem a escaramuças violentas, em que se terá envolvido também o condestável D. Nuno Álvares Pereira, mau grado a sua idade. Hasteada a bandeira do príncipe herdeiro na grande torre de Fez, cuidou-se da guarda da cidade, que entretanto fora abandonada pelos últimos resistentes muçulmanos. Eram sete e meia depois do meio-dia, explica Zurara, e estava consumada a almejada conquista. Restava lamber as feridas, festejar o triunfo e, claro está, saquear intensivamente a cidade<sup>36</sup>.

## 6.

Que balanço podemos fazer da operação militar que conduziu à primeira conquista norte-africana portuguesa? Apesar do evidente sucesso da manobra, não é fácil avaliar tudo o que terá sucedido. Mas existem, por entre as luzes esplendorosas da vitória, duas sombras que não podemos disfarçar.

Primeiro, não deixa de ser intrigante o facto de o plano de ataque do rei não ter sido cumprido. De facto, os homens do infante D. Henrique não esperaram pelo sinal do monarca e precipitaram o desembarque na praia, à revelia do que tinha sido determinado na Ponta do Carneiro. Como devemos interpretar isto? D. João I era homem de grande autoridade política e com vastíssima experiência militar. É um pouco confrangedor vê-lo ser desautorizado pelos seus homens (incluindo pelos seus filhos Henrique e Duarte) e forçado a juntar-se a um ataque de improviso, com laivos de um amorismo que não se compagina muito bem com a geração de Aljubarrota. Prevaleceu a juventude dos homens das galés de D. Henrique? Terá o cronista desejado dourar (ainda mais) a intervenção da gente de “O Navegador” na ofensiva que conduziu à vitória? Será que

35 Cf. Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, pp. 129-130. O autor compara o fecho das ruas de Ceuta com o sistema que havia também nas mourarias e nas judiarias portuguesas.

36 Cf. João Gouveia Monteiro e António Martins Costa, *op. cit.*, pp. 64-78; e Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, pp. 188-196.

as condições de navegação dificultaram a concretização do plano traçado na Ponta do Carneiro, complicando a manobra do grosso da frota em direção ao ancoradouro do Barbaçote?

Em segundo lugar, a resistência oferecida pelos muçulmanos parece ter sido muito mais ténue do que era esperado, permitindo uma vitória rápida (no próprio dia 21 de agosto!) dos cristãos. A que se terá ficado a dever esta débil resistência: à fuga do alcaide Salah ibn Salah? À saída prévia de Ceuta de muitos dos seus habitantes? Ao facto de não ter chegado a tempo nenhum socorro do rei de Fez, coisa que o alcaide muçulmano terá certamente acautelado quando a vasta armada lusitana exibiu as suas velas no estreito de Gibraltar, a partir do dia 10 de agosto? Ao declínio da dinastia berbere dos Merínidas de Marrocos e a eventuais divisões no seu seio, à imagem do que sucede frequentemente no mundo muçulmano<sup>37</sup>?

Provavelmente, nunca teremos respostas definitivas para estas duas questões, que em nossa entender subsistem como os pontos mais nebulosos de todas as reconstituições da campanha. Como quer que seja, a expedição foi um sucesso e, nos dias que se seguiram, D. João I tomou a decisão de manter a praça, contrariando aqueles que defendiam a sua destruição antes do regresso a Portugal. O monarca dava com isso sinais de não querer ficar por ali (no que à presença em África diz respeito) e terá até prometido à guarnição que deixou em Marrocos regressar a Ceuta em março do ano seguinte (promessa que ficou por cumprir, talvez devido à idade avançada do rei e à complexidade de organização de uma nova campanha).

A 2 de setembro de 1415, a frota zarpuou de Ceuta, rumo ao Algarve. A bordo, levava a alegria da vitória, levemente manchada por um número reduzido de baixas em combate (Zurara fala em oito entre os principais homens da armada, ou seja, entre os fidalgos), a que teremos de somar um número desconhecido de combatentes que morreu de peste durante a expedição. Em terra, ficavam entre 2500 e 3000 homens, que formaram a primeira guarnição da nova cidade portuguesa. A maior parte (sobretudo os populares) ficou de coração apertado, por não poder regressar logo às suas casas e às suas famílias. Muitos dos graúdos eram escudeiros das Casas dos infantes, mas havia também um volumoso corpo de 600 besteiros de cavalo, de garrucha e do conto, que ficaram sob o comando de Álvaro Anes de Cernache (dos Alhos, nas proximidades de Coimbra), anadel-mor dos besteiros de cavalo da Coroa. Para capitanear todos estes homens e ser o primeiro governador da cidade, o monarca escolheu D. Pedro de Meneses, alferes-mor do infante D. Duarte e sobrinho do Mestre de Cristo. Foi uma opção difícil (as primeiras três escolhas do rei não aceitaram a incumbência: o condestável Nuno Álvares Pereira, o marechal Gonçalo Vasques Coutinho e o fidalgo e grande cabo de guerra Martim Afonso de Melo)<sup>38</sup>.

Não deixa de ser curiosa a elevação de D. Pedro a primeiro capitão de Ceuta,

---

37 Sobre «Marrocos ao tempo da expedição portuguesa», veja-se a bela síntese de Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, pp. 105-109.

38 Cf. João Gouveia Monteiro e António Martins Costa, *op. cit.*, pp. 82-84 e 90-94.

pois este fidalgo (que teria um desempenho político e marcial notável nas duas décadas seguintes) era filho do conde de Viana do Alentejo, João Afonso Telo V, um fidalgo que descendia do velho conde de Barcelos e de Ourém e que fora primo direito da rainha D. Leonor Teles de Meneses. Quanto à mãe de D. Pedro, era D. Maior Portocarreiro (da família do alcaide de Tarifa), oriunda de uma família que também tinha combatido contra o partido do mestre de Avis durante a crise sucessória de 1383-1385. Depois de Aljubarrota, muitos dos Meneses tinham-se refugiado em Castela, onde D. Pedro recebeu o título de conde. Mais tarde, decidida a guerra, este fidalgo regressou a Portugal e acabou por se afeiçoar ao infante D. Duarte, de quem se tornou alferes-mor<sup>39</sup>.

A escolha de D. Pedro de Meneses para primeiro governador português de Ceuta simboliza, assim, a reconciliação das famílias desavindas em resultado da guerra de 1383-1385 e, com isso, a consolidação absoluta da autoridade política de D. João I, certamente um dos monarcas mais brilhantes da secular história portuguesa. A campanha de Ceuta, com as “luzes” e “sombras” que procurámos identificar, muito contribuiu para esse prestígio acrescido de um rei que viveria ainda até 1433 e que assistiria, portanto, à primeira fase do ingente esforço português para manter uma praça que acabou por ser, até 1458 (o ano da conquista de Alcácer Ceguer por D. Afonso V e pelo infante D. Henrique), um verdadeiro enclave lusitano em terras ultramarinas. Recordar a grande aventura de Ceuta, em 1415, independentemente do significado preciso que ela possa ter (última façanha da Reconquista? início da expansão ultramarina?) é também honrar a memória daquela que foi, sem dúvida, uma “geração de ouro” da história medieval portuguesa.

---

<sup>39</sup> *Idem, ibidem*, pp. 85-89 e 112-116.